

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR

Sheilla Zillane Souza Almeida¹⁵

Taniária Conceição dos Anjos¹⁶

RESUMO

Este estudo foi elaborado por meio da análise bibliográfica de livros pertinentes ao tema e da Lei 10.639/2003, mediante as discussões no curso de extensão “Estudos Africanos e Afro-brasileiros”. Apresenta um questionamento do papel social da escola de promover a educação antirracista e em contrapartida, as lacunas desse ensino, necessário em uma sociedade multiétnica e pluricultural amparado pela lei 10.639/2003 que visa a valorização da origem do povo brasileiro. Aborda a insuficiência na formação docente ao tratar de questões raciais, a superficialidade com que é abordada esta lei e a posição conivente a conservação do preconceito da instituição escolar no combate a atitudes preconceituosas e discriminatórias, quando deveria agir decisivamente na desconstrução de um padrão tradicional de sociedade racista e protagonizar a inclusão e valorização do ser humano e suas especificidades.

Palavras-chave: Papel social. Escola. Étnico-racial. Diversidade. Igualdade.

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi elaborado com o intuito de identificar como são abordadas as questões étnico-raciais no espaço escolar, com base na análise bibliográfica dos livros: Igualdade das Relações Étnico-Raciais na Escola, Racismo e Anti-racismo na Educação, Superando o Racismo na Escola e da lei 10.639/2003 mediante as discussões no curso de extensão Estudos Africanos e Afro-brasileiros, realizado pela parceria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia-IFBA, Universidade Federal do Oeste da Bahia- UFOB e Universidade do Estado da Bahia- UNEB .

Pretende-se analisar como a escola atua na desconstrução de estigmas construídos historicamente, no Brasil essa construção teve início no século XVI, quando por meio do tráfico negreiro forças vivas eram retiradas do continente africano para

¹⁵ Graduanda do curso de Pedagogia – **Universidade do Estado da Bahia** – UNEB Campus IX. E-mail: zillane29@gmail.com

¹⁶ Graduanda do curso de Pedagogia – **Universidade do Estado da Bahia** – UNEB Campus IX. E-mail: taniaanjos22@mail.com

serem escravizadas no país recentemente invadido. Foram mais de trezentos anos de escravidão marcados por resistência, luta e conquistas dos negros escravizados e dos movimentos sociais abolicionistas, que forçaram a assinatura da Lei Áurea em 1888, sendo o Brasil o último país a declarar extinta a escravidão.

Abolida a escravatura, grande parte da população negra ficou totalmente às margens da sociedade, pois não recebera subsídios do Estado para o início de novas vidas, pelo contrário foi responsável pela marginalização, operando vários mecanismos para isso, tal como a institucionalização do racismo e o estímulo a migração branca como ferramenta de tentar embranquecer o país. Isto posto, não houve meio para que a população negra fosse incluída e participasse do desenvolvimento do país, devido à precarização do acesso aos recursos públicos e à vida social, se construiu a ideia de incapacidade do povo negro, favorecendo o preconceito e a aversão, perceptível por meio de estigmas racistas e discriminatórios que marcam a sociedade brasileira até os dias atuais.

A instituição escolar, por influência deste contexto histórico, não fugiu aos padrões racistas posicionando o negro num lugar de inferioridade, notável nos materiais didáticos, na omissão pelo corpo escolar de práticas racistas entre os alunos e os próprios professores, nos discursos de amenização das situações racistas, na incapacitação de professores para lidar com a questão racial, no desconhecimento e ou omissão da lei 10.639/2003 e na propagação do mito da democracia racial. Desta forma, a escola que deveria atuar na desconstrução desses estereótipos e reconstrução da imagem do negro, pode atuar como mantenedora e difusora do preconceito entre os alunos.

Assim, o texto está estruturado em três seções: A primeira questiona se o ambiente educacional está apto a cumprir com o seu papel social de promover a igualdade racial, na segunda verifica-se como é trabalhado o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana de acordo com a lei 10.639/2003, a terceira tratará das atitudes a serem tomadas pela escola acerca da promoção da educação antirracista e por último será considerada a importância da educação para a valorização e respeito de uma sociedade multiétnica e pluricultural.

O AMBIENTE EDUCACIONAL ESTÁ APTO A CUMPRIR COM O SEU PAPEL SOCIAL DE PROMOVER A IGUALDADE RACIAL?

A escola enquanto mecanismo ideológico do Estado, por muito tempo foi utilizada como mantenedora de padrões sociais: homem-branco-cristão, na qual a diversidade humana que se afastava desse modelo era recriminada e marginalizada. Devido às transformações e necessidades sociais, estes padrões não se ajustam à nova realidade multiétnica e multicultural.

Desta forma, a escola como âmbito de acolhimento e inclusão, deve ofertar a todos uma educação pautada na democracia das especificidades, assumindo o seu papel social de promover o conhecimento para o respeito, tolerância às diferenças e inclusão, pois, de acordo com Lopes (1998, p.189)

A educação escolar deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora; que é preciso valorizá-la para garantir a democracia que, entre outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são, com suas características próprias individualizadoras; que buscar soluções e fazer vigorar é uma questão de direitos humanos e cidadania.

Porém, percebe-se ainda uma lacuna acerca dessa inclusão, demonstrando fragilidade no que diz respeito à ruptura de uma organização estagnada, que demonstra pouca aptidão em cumprir de maneira efetiva seu papel social quando se trata de questões étnico-raciais, atuando muitas vezes como mecanismo de perpetuação de estereótipos, ora por omissão ora por reprodução de práticas discriminatórias.

Nas instituições escolares os preconceitos se manifestam por meio de brincadeiras e apelidos alusivos à cor, na inércia de alguns professores ou do corpo escolar quando se deparam com questões preconceituosas, na pouca representatividade ou representação de inferioridade no livro didático, nos discursos de amenização das situações racistas, na incapacitação de professores para lidar com as questões raciais e no desconhecimento e/ou omissão da lei 10.639/2003 podendo agir como colaboradoras e difusoras do problema.

Segundo Rocha (1998, p.56).

A grande tarefa no campo da educação há de ser a busca de caminhos e métodos para rever o que se ensina e como se ensinam, nas escolas públicas e privadas, as questões que dizem respeito ao mundo da comunidade negra. A educação é um campo com sequelas profundas de racismo, para não dizer o veículo de comunicação da ideologia branca.

É necessário que as escolas se apropriem do seu verdadeiro papel social e utilize sua influência para interferir positivamente na construção do respeito mútuo e da verdadeira democracia, por meio do trabalho com as relações étnico-raciais, visando a valorização do multiétnico na construção da sociedade e cultura brasileira, pois, é imprescindível para sua transformação numa unidade mais integrada na qual os estereótipos sejam desconstruídos e os preconceitos possam ser minimizados. Vale ressaltar que há a lei 10.639/2003 que dá sustentação a essa intenção.

COMO É TRABALHADO O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA DE ACORDO COM A LEI 10.639/2003.

A Lei 10.639/03 institui obrigatoriamente o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas nacionais, apontando a construção de uma realidade embasada na valorização da origem do povo brasileiro bem como o respeito e integração das diversidades culturais, pois,

Com a Lei 10.639/2003 a escola aparece como *locus* privilegiado para agenciar alterações nessa realidade, e é dela a empreitada de acolher, conhecer e valorizar outros vínculos históricos e culturais, refazendo repertórios cristalizados em seus currículos e projetos pedagógicos e nas relações estabelecidas no ambiente escolar, promovendo uma educação de qualidade para todas as pessoas (SOUZA,, 2007, p.21).

A referida lei foi criada, pois o Ministério da Educação e Cultura (MEC), após muita luta por reconhecimento e reivindicações do Movimento Negro, entendeu que havia uma falha em relação ao ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana e conseqüentemente a desvalorização das variadas etnias na construção da sociedade brasileira.

Em seu Art. 5º, inc. I determina que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Assim, as aulas deverão ser ministradas visando diminuir ou até erradicar o preconceito e discriminação, promovendo análises e debates a respeito das resistências e revoltas, bem como valorização dos saberes, reconhecimentos das contribuições, manutenção dos costumes e despertar nas crianças e adolescentes, o protagonismo histórico e a construção positiva da identidade negra. Pois, para Munanga (1999).

A identidade é para os indivíduos a fonte de sentido e experiência... É necessário que a escola resgate a identidade dos afro-brasileiros. Negar qualquer etnia, além de esconder uma parte da história, leva os indivíduos à sua negação (MUNANGA,1999 apud SEED, 2006, p. 18).

Mesmo após a promulgação da lei, algumas instituições escolares ainda omitem mesmo que parcialmente as contribuições e influências das culturas de matrizes africanas, e quando são abordadas é de forma superficial, numa visão folclórica e estereotipada, que inicia e termina na escravidão, desconsiderando os valores étnicos e morais, patrimônios artísticos e culturais, musical, científico e religioso de um continente rico de diferentes povos e múltiplas culturas.

A lei garante uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que compõem a diversidade cultural brasileira. E para isso, é necessário que o docente esteja preparado e disposto a abordar no conjuntos dos campos de saber e não dissociados de outros temas de forma positiva e clara sobre esse assunto. Logo, os professores exercem importante papel no processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

De acordo com Gomes (2005, p.147);

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso eu os (as) educadores (as) compreendam eu o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura e as relações raciais entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar.

Desta forma, devem buscar capacitação, cursos e materiais que debruçam sobre essa problemática, a fim de aperfeiçoar sua formação e proporcionar a seus alunos uma educação referenciada na democracia, contribuindo para superação de atitudes discriminatórias, se,

negar a singularidade dos indivíduos.

ATTITUDES A SEREM TOMADAS PELA ESCOLA ACERCA DA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.

O espaço escolar como fonte de afirmação de identidade é um instrumento primordial de desconstrução do mito da democracia racial, que se constitui na tese deturpada de que no Brasil as multiculturas convivem em harmonia e que não existe discriminação de “raças”. Segundo Cavalleiro (2001, p.33)

A necessidade de reescrever a História nas diversas áreas do conhecimento é de extrema importância, principalmente para desmitificar o mito de que o Brasil, por ser um país de grande miscigenação, não tem problemas raciais como sempre se observa por meio de educadores internacionais.

É preciso reconhecer que existe o problema racial no meio social e nas salas de aula, que a democracia racial é um mito, que a sociedade é composta por pessoas e culturas diversas, dignas de respeito e que a diversidade não os faz menos sujeitos de direitos, para então intervir na escola em consonância a projetos pedagógicos, a fim de desconstruir representações racistas.

No que diz respeito à questão racial a educação é um fator decisivo, podendo agir tanto como difusora e mantenedora de um padrão tradicional de sociedade racista, quanto como instrumento de inclusão e valorização do ser humano e suas especificidades. Poderá promover uma educação antirracista a fim de contemplar as diversidades, com práticas concretas, tais como Silva (1995, p.153) aponta necessárias nos currículos escolares:

- Valorizem igualmente as diferentes e diversificadas raízes das identidades dos distintos grupos que constituem o povo brasileiro;
- Busquem compreender e ensinem a respeitar diferentes modos de ser, viver, conviver e pensar;
- Discutam as relações étnicas, no Brasil, e analisem a perversidade da assim designada “democracia racial”;
- Encontrem formas de levar a refazer concepções relativas a população negra, forjadas com base em preconceitos, que subestimam sua capacidade de realizar e de participar da sociedade, material e intelectualmente;
- Identifiquem e ensinem a manusear fontes em que se encontram registros de como os descendentes de africanos vêm, nos quase quinhentos anos de Brasil, construindo suas vidas e suas histórias, no interior de seu grupo étnico e no convívio com outros grupos;
- Permitam aprender a respeitar as expressões culturais negras que, juntamente com outras de diferentes raízes étnicas, compõem a história e a vida de nosso país; e

- Situam histórica e socialmente as produções de origem e/ou influência africana, no Brasil, e proponham instrumentos para que sejam analisadas e criticamente valorizadas.

Pode-se dizer que, tais ações embasam a construção de uma sociedade inclusiva em seu verdadeiro sentido democrático, provocam a criticidade do aluno, estimulam a busca do conhecimento capaz de desconstruir padrões estabelecidos e mantidos por séculos, repudiam atitudes discriminatórias e preconceituosas, bem como, buscam a ressignificação e fortalecimento da identidade negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa possibilitou verificar se o ambiente educacional está apto a cumprir com o seu papel social de promover a igualdade racial, como ocorre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana instituído obrigatoriamente pela lei 10.639/2003 e levantamento de possíveis atitudes a serem tomadas pela escola acerca da promoção da educação antirracista.

Contatou-se que há no meio escolar, falhas ao trabalhar com as questões étnico-raciais, que mesmo após a promulgação da lei 10.639/2003, algumas instituições escolares e professores despreparados ainda omitem ou abordam de maneira muito superficial as contribuições e influências das culturas de matrizes africanas na construção da sociedade brasileira e no que diz respeito ao combate às atitudes preconceituosas é frequente a minimização e a imparcialidade.

A educação escolar tem papel decisivo na construção da sociedade, podendo exercê-lo tanto na perspectiva do acolhimento e inclusão, pautados na democracia das especificidades, assumindo o seu papel social de promover o conhecimento para o respeito e tolerância às diferenças, quanto mantendo e difundindo uma visão estereotipada da população negra e de suas verdadeiras origens, negando sua rica contribuição para a construção social e cultural do Brasil.

A escola na perspectiva de instrumento que norteará o indivíduo ao caminho da criticidade, emancipação e garantia de torna-lo livre, consciente e responsável pela sociedade na qual está inserido, precisa indagar sobre os problemas sociais a fim de buscar meios para solucioná-los.

Reflitamos por um momento a necessidade da introdução de conhecimentos da origem do povo brasileiro para que possa desconstruir conceitos estereotipados e

distorcidos da cultura negra ligada a ideias de miséria, exotismo e da condição de naturalmente escravos.

A contemporaneidade anseia a tolerância à diversidade étnica-racial, a valorização do singular, e ao usufruto da própria identidade, almejando a igualdade enquanto sujeito de direitos e reivindicando o respeito à diferença para que todos possam se sentir componentes de uma nação inclusiva.

REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-Racismo na educação: Repensando nossa Escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais/ Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. – Curitiba: SEED-PR, 2006. – 110 p.- (Cadernos Temáticos).

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSO, Camila (Coord). **Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para a implementação da Lei 10.639/2003**. São Paulo: Petrópolis: Ação Educativa, Ceafro e Ceert, 2007.

_____. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 27 jan. 2016.

LOPES, Verá Neusa. 13 de maio. **Centrando o negro brasileiro como sujeito da História**. *Revista do Professor*, n.53, jan./mar. 1998.

ROCHA, José Geraldo da. **Teologia e Negritude**. Santa Maria, Pallotti, 1998.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras**. Grupo União e consciência Negra de Santa Cruz do Sul/RS e Universidade Santa Cruz do Sul, 1995.

_____. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005b, pág. 155-172.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. . In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005b, pág. 143-154.